Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

6. EDUCAÇÃO E CULTURA

SANTA MARIA, RG, 12 DE MARÇO

AO AGRADECER O TÍTULO DE «DOUTOR
HONORIS CAUSA», NA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA MARIA.

Conhecedor da extraordinária obra educativa que aqui estais realizando a serviço do Brasil e das suas mais novas gerações, foi para mim motivo de satisfação aceitar o convite para presidir a esta solenidade.

Contudo, por mais que se esteja preparado para o contato com a vossa Universidade, ninguém, ao chegar aqui, no centro do Rio Grande do Sul, deixará de experimentar sensação de surpresa, que se desdobra naturalmente em admiração e confiança no futuro. Nem é possível esquecer que pisamos o mesmo chão de antigo acampamento dos demarcadores de nossas fronteiras, que, no século XVIII, deu lugar ao aparecimento da povoação de Santa Maria. Rezam velhas crônicas que em torno aos quartéis, depósitos de materiais e moradas de membros das expedições, foram se estabelecendo aqui estancieiros e índios, a que se vieram juntar portugueses dos Açores, e, mais tarde, alemães de um batalhão de estrangeiros, logo absorvidos pela comunidade nascente.

Bem cedo, antes mesmo da Independência, o senso da fronteira e a consciência da nacionalidade fizeram de Santa Maria um posto avançado do Brasil. Assim, contribuindo para a fixação de nossos limites com os domínios de Espanha, os primeiros habitantes deste solo já traçavam os destinos e a dimensão do Brasil autônomo que ia surgir.

Não foram, porém, apenas o civismo e a riqueza que madrugaram em Santa Maria. Também assinalada vocação para o ensino

tem marcado constantemente a vossa existência. E durante os dias remotos da heróica e efêmera República de Piratini aqui foi instituída a Escola Pública, fato de singular importância, que significou avanço sobre idéias da época, e talvez represente as raízes, admirável prenúncio da realidade que estamos vivendo. Realmente, o correr do tempo não vos fez perder o gosto pelo ensino. E o recente Censo Escolar revelou ser este Município dos que melhor atendem o curso primário. Nem se compreenderia que num Centro Universitário estivesse descurada a Escola Primária, sobre a qual devem assentar todos os demais níveis de ensino.

Daí ser-me grato revelar nesta oportunidade a satisfatória posição desfrutada por Santa Maria, no panorama escolar do Rio Grande do Sul, e cuja população acusa os índices de 81% para a geração de 7 a 11 anos e de 84% para a de 12 a 14 anos. Índices acima dos 78% e 77%, respectivamente, observados para o Estado todo, e certamente superiores aos encontrados na grande maioria das cidades brasileiras. O que não me dispensa de considerá-los inferiores aos que devemos aspirar para a fase que o país atravessa, e quando todos os esforços devem ser concentrados no sentido de assegurar não só oportunidade, mas efetivo ensino para toda a nossa população escolar.

Creio mesmo caberem aqui algumas observações sobre o ensino médio, tais as vinculações entre este e o ensino superior. Realmente, embora haja crescido espetacularmente, aumentando de um milhão e novecentos mil estudantes, em 1964, para dois milhões e meio, em 1965, o ensino médio ainda é um fator limitativo de expansão do ensino superior no Brasil. De fato, enquanto este, em 1963, oferecia, em sua primeira série, 56 mil vagas, o número de aprovados nos vestibulares atingiu apenas 46 mil. Restaram, pois, sem preenchimento, dez mil vagas, o que é lamentável em país carente de recursos humanos, indispensáveis ao seu desenvolvimento.

Essa sobra, acarretando um decréscimo da possibilidade real de o sistema de ensino superior fornecer o elemento humano essencial ao seu progresso e ocasionando uma grande frustração social, é responsável ainda pela capacidade ociosa de prédios,

instalações, equipamentos e professores no ensino superior brasileiro, o que diminui sua produtividade com elevado ônus para a grande Nação Brasileira. Além disso, é o reflexo de que o ensino médio se apresenta, também, como um «ponto de estrangulamento» qualitativo do sistema educacional brasileiro. A reprovação maciça nos vestibulares tem como conseqüência, ainda, um congestionamento nos anos subseqüentes; em 1964, eram 113 mil os candidatos às vagas no ensino superior, enquanto o ensino secundário teria fornecido, no máximo, como candidatos pela primeira vez, sem reprovação nos vestibulares anteriores, apenas 30 mil diplomados na 3ª série colegial.

Finalmente, o ensino médio é, também, barreira ao processo de democratização de oportunidades, em face de ser ainda preponderantemente de caráter privado e de não permitir o subdesenvolvimento que os filhos das classes mais pobres a êle tenham acesso ou o ultrapassem. Por todos êsses motivos, o Govêrno da Revolução, como já o fêz em 1965, procurará ampliar as oportunidades de escolarização gratuita no ensino médio; igualmente, como acaba de fazer, criando o Programa Especial de Bôlsas de Estudo (PEBE) para os filhos das classes trabalhadoras, dará aos jovens carentes de recursos o apoio necessário para que usufruam de melhores condições de aproveitamento escolar. À Universidade cabe, também, uma parcela de contribuição no esforço de aperfeiçoar o ensino médio, pois dêle obtêm sua matéria prima, dêle depende para tornar-se mais eficiente, dêle não pode prescindir para expandir-se. A criação de Colégios Universitários, por exemplo, prevista na Lei de Diretrizes e Bases, é uma das possíveis contribuições do sistema de ensino superior para o aprimoramento do ensino médio. A formação acelerada de professores de boa qualidade para a educação de nível médio é outra tarefa primordial da Universidade, e onde reside um dos grandes problemas do ensino médio, cujo corpo docente está despreparado para sua importante missão pedagógica, em virtude do *deficit* de professores com especialização adequada. O Brasil está formando atualmente, em suas escolas superiores, cêrca de 3 mil professores e necessita, conforme o Programa de Ação específica, graduar cêrca de 12 mil por ano.

Em todos os momentos, na vida universitária, deve ficar bem claro que sem um bom ensino médio não pode haver um bom ensino superior.

Altamente louvável, pois, a vossa preocupação em favor da educação. Nem admira que dela viesse a surgir a vossa Universidade, que hoje abriga três mil estudantes, muitos dos quais de países estrangeiros. Ofereceis, porém, a singularidade de serdes a primeira Universidade instalada, no Brasil, fora das capitais. O que equivale a dizer-se que representais a interiorização do ensino e da pesquisa universitária, marcando a transição entre o Brasil litorâneo, aquele que o nosso velho Frei Vicente de Salvador vira apenas arranhando as praias, e este outro Brasil cômico de tôdas as suas forças, e em marcha para o efetivo aproveitamento de todo o seu território e as suas riquezas.

Mas, o mais extraordinário é não serdes simples ficção administrativa, e sim o resultado do esforço de uma comunidade inteira. Todos bem sabemos das dificuldades vencidas para se fundar corporações como esta, pois a história nos esclarece a que se reduz a nossa frágil tradição universitária. Dos longes do primeiro século de colonização ficou a lembrança daquele provincial dos jesuítas, Marçal Beliarte, que pretendendo transformar em Universidade o Colégio da Bahia viu-se não somente desatendido, mas até repreendido. Também os autos de Devassa da Inconfidência Mineira revelam que «em Vila Rica se fundaria uma Universidade», onde «se haviam de abrir estudos como em Coimbra em que também se aprendessem leis». Era o sonho da audácia revolucionária. E o próprio D. João VI, tão progressista, quando de sua passagem pela Bahia, não atendeu ao apêlo do comércio local, que oferecia vultosa importância para a fundação, ali, de uma Universidade.

Eram os preconceitos contra a Universidade. Sobreviveriam, porém, durante todo o Império, cujas idéias seriam fortemente influenciadas pela política escolar da Revolução Francesa, filha da Enciclopédia, que aboliu aquêles centros de ensino. Preconceitos que exprimiam, principalmente, o juízo de uma época que pensava em educar para o lazer, e não para o desenvolvimento através da ciência e da técnica. Nada, porém, os exprime com a

nitidez desta advertência de Renan, que hoje soa tão mal aos nossos ouvidos: «O ensino universitário tem o inconveniente de ser muito uniforme e de dar pouca margem ao gôsto do professor e ao gôsto do aluno».

Soubestes, porém, vencer preconceitos e dificuldades, e vos tranformar num dos mais adiantados centros de ensino do país. Realmente, seja qual fôr o ângulo pelo qual vos queiram julgar, o que ressalta é o valor do vosso empreendimento. Se, por exemplo, nos voltarmos para a organização da Universidade, avulta o fato da moderna orientação de centralizar em Institutos o ensino das disciplinas comuns, ao passo que dentro das faculdades as cátedras afins constituem departamentos, economizando aparelhamento e recursos técnicos, numa aperfeiçoada vivência universitária.

Também a importância do *campus* universitário no desenvolvimento da instituição foi aqui imediatamente compreendida, e propicia um cenário não comum visto que nossas Universidades, quase tôdas improvisadas pela reunião de faculdades autônomas, nem sempre reconhecem a necessidade de uma base física, que permita e aprimore a convivência inseparável do verdadeiro espírito universitário. O pêso da rotina atua em muitas instituições que preferem velhos edifícios das cidades ao amplo ambiente dos centros universitários, construídos expressamente para o labor conjugado da pesquisa e do ensino.

Em realidade a vossa cidade universitária, voltada mais para o futuro do que para o presente, constitui grandiosa concepção. Numa larga área de quase setecentos hectares tudo está planejado para as necessidades do amanhã. E não pode deixar de representar motivo de confiança saber-se que a biblioteca central visa a reunir um acervo bibliográfico de um milhão de volumes. É o caminho de quem sabe não haver estudo nem pesquisa sem o livro e a revista. E hoje uma das maiores deficiências nas universidades nascentes é a das bibliotecas, freqüentemente relegadas a segundo plano, justamente na ocasião em que o preço das publicações nacionais e estrangeiras tornou-as praticamente inacessíveis ao estudante, e até mesmo ao professor. Por isso mesmo tôda universidade, tal como idealizastes, terá de se constituir em tórno de uma

biblioteca, como aquelas cidades medievais construídas ao lado das muralhas das fortalezas. Que são as bibliotecas se não as fortificações das universidades?

Por tudo isso não tomareis como lisonja lembrar aqui aquela conhecida observação de Massé: «A aventura do século não é apenas política, mas igualmente científica e tecnológica». É esta última aventura que vos propusestes em boa hora a realizar. Uniste-vos, assim, àqueles que imaginaram vencer os velhos obstáculos opostos à nossa universidade a fim de poderem mudar a face cultural e econômica do país.

Tema de extraordinária importância e atualidade, o papel da Universidade no avanço dos subdesenvolvidos, foi objeto de três reuniões internacionais, nos últimos cinco anos, para a formulação dos princípios que deverão reger a aplicação dos métodos científicos e dos avanços tecnológicos aos países naquelas condições. Talvez se possa dizer que duas afirmações condensam estes princípios. A primeira delas expressa por Maheu, perante o Comitê do Conselho Econômico e Social da ONU, resume-se nestes termos: «Para que haja desenvolvimento nacional é necessário que ciência e tecnologia deixem de ser *uma magia importada* para se tornarem parte do costume do povo.» É o reconhecimento de que não basta haver elites interessadas na ciência e na tecnologia, sendo necessário ir a todas as camadas da população. A outra afirmação pertence ao jesuita Theodor Hesburgh, reitor da Universidade de Nobre Dame, no Illinois, e para o qual, se há diferenças fundamentais no estágio de desenvolvimento de cada país subdesenvolvido, e mesmo em cada sociedade, há um só problema comum a todos e cuja urgência não se necessita enfatizar, pois é a formação de técnicos de escalão superior, profissionais, cientistas e tecnólogos. Considerações que ressaltam a importância do sistema universitário no desenvolvimento. Deve-se mesmo dizer que o desenvolvimento depende, na execução de seu planejamento, de dois sistemas institucionais fundamentais que são a rede universitária, cuja finalidade precípua é a formação de pessoal nos níveis de graduação e pós-graduação, para a realização de investigações no domínio das ciências básicas; e de uma rede de institutos de pesquisas e tecnologia destinados ao tratamento de problemas aplicados.

Aspecto da maior importância nessa projeção da Universidade para campos que representam inovação frente aos modelos clássicos, é o da preservação dos elementos culturais básicos, sem os quais a nacionalidade se desintegra. Assim, mesmo quando se empreguem as mais avançadas técnicas, dever-se-á preferir a utilização de elementos da fauna, da flora e de minérios locais. Somente dêsse modo criar-se-á uma ciência e uma tecnologia local, indispensáveis à formação da riqueza nacional, e será evitada a ruptura do que há de mais imanente à própria cultura de cada povo.

Do mesmo modo dever-se-á caminhar para um sistema dinâmico, que possibilite às Universidades constante renovação de caráter adaptativo, que lhes permita a um tempo atender ao mercado de trabalho e às variações de interesse que a evolução impõe ao conhecimento científico e tecnológico.

Mas, como sempre, o homem é a medida de todas as cousas. E bem pouco lograremos implantar em nosso sistema universitário se não nos dispusermos a aceitar a idéia de que tão importante quanto a preparação do aluno é a formação do pessoal docente. Orientação tão importante que a Universidade Nacional do México se empenha na realização de um plano destinado a preparar, em cinco anos, três mil docentes-pesquisadores.

Infelizmente, durante quatro séculos o Brasil permaneceu restrito às escolas isoladas, que, embora havendo prestado relevantes serviços à cultura do país, como ainda hoje ocorre em alguns casos, não ofereciam o ambiente e as perspectivas de uma Universidade. Felizmente, os tempos mudaram. E as restrições impostas ao espírito universitário acabaram postas por terra. Mas, o que as venceu — e isso é importante assinalar — foi o nosso desenvolvimento, e só êle, pois nos despertou para a real necessidade de um tipo de educação superior compatível com o nosso progresso, e também capaz de o aperfeiçoar e acelerar permanentemente.

Não que deva a Universidade moderna representar reação contra o humanismo, certamente de magna importância para a formação espiritual dos povos, que nêle encontrarão sempre uma fonte de beleza e encantamento indispensáveis à vida. Até porque é a Universidade um instrumento de comunicação e de evolução

social, baseado no passado de uma cultura, mas objetivando aperfeiçoá-la para o futuro. Seria grave erro acreditarmos, por exemplo, que nos defrontamos aqui apenas com o presente do Rio Grande do Sul, ou os delineamentos do seu futuro. O que está aqui se funda também no passado do Rio Grande do Sul.

Não fôssem as vossas raízes seculares, nas quais corre a seiva das várias culturas trazidas pelos colonizadores, e esta grande árvore, à cuja sombra se vêm abrigar as esperanças de conhecimento de milhares de jovens gaúchos, não poderia subsistir. É ela, portanto, a soma de numerosas virtudes, algumas delas mais proclamadas do que outras, mas tôdas contribuindo para êste grandioso resultado. Nem podemos esquecer ou omitir ser ela a floração surgida de acentuado espírito de pioneirismo ao qual se aliaram a bravura, a determinação, e paciente amor ao trabalho e uma fé inabalável nos destinos da ciência e da técnica. Sabeis estar edificando o futuro, mas vos orgulhais de continuar a faina dos que vos antecederam nestas mesmas paragens da Pátria. Com êsse objetivo não deveis descuidar da produtividade do ensino superior, ainda extremamente baixa, dentro do sistema encontrado pela Revolução.

No Brasil, a relação alunos-professor é a mais baixa do mundo e, em certos ramos de ensino, o número de mestres quase iguala ou mesmo supera o número de estudantes!

O Estatuto do Magistério veio atender a uma série de reivindicações do corpo docente de nível superior. Seu cumprimento, tanto no que concerne aos direitos como no que diz respeito aos deveres dos mestres brasileiros, será altamente benéfico.

O Brasil está a exigir do corpo docente de nível superior — a elite intelectual brasileira — esforço redobrado na luta contra o subdesenvolvimento.

Os horários reduzidíssimos de trabalho, o absentéismo injustificado, o magistério como função secundária, são fatores de improdutividade, vícios do passado que não podem persistir, sob pena de obstarem a elevação do nível qualitativo de ensino superior e o preenchimento de seus objetivos reais.

O Conselho Federal de Educação, regulamentando os currículos mínimos e sua duração, lançou as bases para a utilização mais intensa e adequada dos estabelecimentos de ensino superior, para a formação mais rápida de bons profissionais, professores e pesquisadores. A concretização da concentração de currículos em menor número de anos, com maior número de dias de estudo, depende de esforço que a nação está a pedir às Universidades, seus professores e alunos. Em países como o nosso, que defrontam ponderáveis «deficits» de capital humano, não é possível que os meios para sua formação sejam utilizados tão improdutivamente. O Governo incentivará, de tôdas as formas, aquelas Universidades que compreenderem o momento que vive o País, sua necessidade de romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento. Esta é mais uma contribuição decisiva que a Universidade brasileira pode dar ao seu País e ao seu Povo.

Aliás, para que melhor compreendais a procedência dêsse esforço governamental no sentido de melhor produtividade do ensino superior, é oportuno propiciar-vos alguns dados sôbre os gastos da União no setor da educação.

O ensino primário brasileiro está predominantemente a cargo da iniciativa pública, que atende a 88% da população escolar matriculada nesse nível educacional. Além disso, através da Comissão Nacional de Alimentação Escolar, proporciona-se assistência alimentar a grande parcela de estudantes primários, possibilitando a tôdas as classes sociais o acesso e a permanência nesse nível de ensino.

Na escola média, a participação da iniciativa privada ainda alcança 56% do total de matrículas, tornando-a, como já foi dito, em barreira ao processo de democratização de oportunidades no País.

Razão pela qual a população universitária é especialmente constituída de jovens das classes mais favorecidas. Todavia, embora inexplicável manter-se gratuidade ou quase gratuidade do ensino superior em um país no qual o ensino médio é ainda um privilégio de poucos, tal anomalia vem ocorrendo, graças aos recursos federais carregados para as Universidades. Um aluno universitário custa em

média, à União, cêrca de dois milhões e duzentos e cinqüenta mil cruzeiros por ano.

Certamente, o ensino superior, formador de pessoal estratégico para desenvolvimento sócio-político-econômico interessa a tôda a Nação e, assim, a sociedade deve arcar com parte dos ônus decorrentes. Mas não é justo, ou melhor, é inviável que o usuário dêsse serviço e sua família, que usufruem diretamente de seu benefício, não tenham nenhuma participação nas despesas dêles decorrentes.

Outro esforço que se pode pedir aos jovens universitários brasileiros é que contribuam, com o pagamento de anuidades, para a educação de pelo menos dois alunos do ensino médio, no qual a despesa por estudante é anualmente equivalente a cêrca de 10% do dispêndio do aluno de ensino superior. Trata-se de ato de justiça social ao qual não se furtará, certamente, a sadia e democrática juventude universitária brasileira.

Na realidade não é a Universidade simples portadora de saber, mas instrumento de renovação, de reconstrução da experiência da vida. E em nosso imenso país, ansioso por conquistar novos estádios de desenvolvimento num mundo literalmente dominado pela ciência e pela tecnologia, num mundo em que sucumbem os que não assimilarem em tempo hábil as conquistas dessa ciência e dessa tecnologia, é transcendente o papel de universidades como a vossa.

Disso, aliás, tendes plena consciência, conforme bem se traduz nestas oportunas palavras de vosso ilustre e benemérito Reitor: «Podemos afirmar que o progresso da humanidade em seus múltiplos setores está intimamente ligado à existência das Universidades». De fato, estas deixaram de ser a concentração de privilégios do corporativismo medieval, distante e inacessível, para constituir um instrumento do povo, cujos problemas ela estuda e resolve.

Realidade tanto mais evidente e palpável quanto à formação profissional a universidade acrescenta precipuamente o objetivo da segurança e produtividade da área cultural a que serve. Daí a importância da localização no interior das instituições universitárias, de que sois verdadeiramente os novos bandeirantes. Bandeirantes da cultura e do progresso. Trazendo para o Centro do

Estado o ensino superior e a pesquisa científica, estais contribuindo essencialmente para fixar populações nos seus núcleos de trabalho, evitando o êxodo dos campos responsável pelos difíceis problemas das grandes cidades.

Isso não significa que devemos contribuir apressadamente para a multiplicação de universidades no interior do país, sem atentar cuidadosamente nas condições de ensino que possam oferecer. Seria grave erro, repetição de outros já praticados no campo educacional, e que poderia concorrer para perturbar uma obra que deve ser efetuada com segurança e responsabilidade. A vós o que vos recomenda ao aprêço nacional, no balanço das realizações, é não somente o crescimento horizontal com a adição de novas faculdades, mas também a expansão vertical aumentando facilidades de ensino e de pesquisas. Tendes o afã do aperfeiçoamento. Assim, desde 1958, na Faculdade de Medicina, as aulas de cirurgia são dadas em circuito fechado de televisão, iniciativa pioneira no Brasil. Nasceu, pois, aqui a televisão educativa, cuja implantação no país está ainda agora em experiências preliminares no Ministério da Educação e Cultura.

Não acredito estar longe da verdade ao admitir ser justamente esse espírito de progresso, e, numa terra de pioneiros, um dos traços a explicar a identificação existente entre vós e o povo de Santa Maria, que bem compreende o que representais para os interesses da região. Daí poderdes rejubilar-vos da circunstância de possuídes equipamentos oferecidos pela população local, que assim expressa confiança e reconhecimento pela vossa obra.

É, portanto, perfeita a harmonia entre os vossos anseios e as necessidades particulares da região. Do que são exemplos significativos o Centro de Zootecnia e o Hospital da Faculdade de Veterinária, ambos dedicados a trabalhos de assistência e orientação da maior valia para os interesses rurais de vasta área que aqui encontra a segurança de um importante ponto de apoio.

O que mostra não vos contentardes com a pesquisa pura. O que já se realiza e o que está projetado demonstra inclinação para uma universidade de pesquisa aplicada. A realização de feiras com o produto da estância e granja da Universidade, e a exposição de

animais criados pelos próprios alunos evidenciam o tipo de instituição que tendes por modelo. Tudo em harmonia com as peculiaridades desta região, e ligando assim, intimamente, universidade e comunidade. Compreendestes que as Universidades, em vez de rígidas, obedecendo tôdas a um mesmo tipo ou padrão, precisam ser flexíveis, atendendo às variações e circunstâncias de cada zona.

Até por que sòmente assim logrará a Universidade, e portanto os conhecimentos no mais alto grau, a indispensável compreensão e estímulo por parte do povo. Realmente, e conforme uma observação de Talcott Parsons, «a ciência é uma atitude mental e uma tradição que deve ser compreendida não apenas pelas elites mas pelo povo como um todo». É necessário que êste, principalmente num país em desenvolvimento, encare a pesquisa pura, a pesquisa aplicada e a tecnologia como elementos necessários ao esforço para o desenvolvimento. Numa palavra: que considere a pesquisa como um investimento.

É que nada substituirá a Universidade na marcha para o progresso e o enriquecimento de uma nação em nossos tempos. Não podemos esquecer que, nos Estados Unidos da América, foi a instalação de centros de estudo e pesquisa que a bem dizer acompanhavam os pioneiros na conquista do país, proporcionando-lhes os melhores conhecimentos da época sôbre agricultura e pecuária, os verdadeiros responsáveis pela prosperidade nacional dos primeiros tempos.

Em verdade são múltiplas as benéficas contribuições da Universidade numa coletividade em desenvolvimento. «Em resumo, escreveu o professor Torto, essas instituições servirão para produzir pessoal local para ocupar tôdas as funções até então desempenhadas por nacionais de países altamente desenvolvidos. Devem também realizar as importantes e essenciais pesquisas, de fundamental relêvo, as quais devem ser orientadas para os problemas regionais. Finalmente, devem servir como centros de cultura e fontes de avanço intelectual das sociedades a que servem.»

De fato, nos países em desenvolvimento as universidades têm uma função básica adicional. Como a ciência e a tecnologia mostram a sua capacidade em resolver grande número de problemas

econômicos e sociais, as relações entre os planos nacionais de desenvolvimento e os objetivos da Universidade tornam-se próximos natural e necessariamente. E acrescenta a publicação das Nações Unidas «Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento»: «Um país colocado no caminho do desenvolvimento deve incorporar as universidades nesse processo, não somente como fonte de pessoal científico e técnico mas também para ajudar na solução dos problemas nacionais. Dêsse modo a Universidade deixa de ser passiva receptora de conhecimentos e torna-se um laboratório para novas soluções.»

Bem se compreende, portanto, que um Govêrno profundamente interessado em acelerar o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, como é o caso do Govêrno revolucionário, esteja igualmente empenhado em promover o fortalecimento da vida universitária. Uma cousa decorre da outra, e ambas se conjugam para a finalidade última que é o bem-estar da coletividade.

Aliás, e parece-me oportuno dizê-lo, o amparo dado às universidades do Rio Grande do Sul é apenas modesta parte do que o Govêrno federal tem buscado fazer para desenvolver a economia gaúcha, que ainda hoje tem na pecuária e na agricultura as principais fontes de riqueza. Deve, porém, ser dito de logo que por sua diversificação, por sua produtividade e pela sua própria estrutura social, o setor primário gaúcho constitui um modelo para o Brasil.

Daí a atenção que justamente merece da União, que conhece os seus problemas, sabe das suas preocupações e para estas está voltada com a segurança de que, pela capacidade de trabalho e a vitalidade dos lavradores gaúchos, não faltarão meios de resolvê-los satisfatoriamente. Cumpre mesmo dizer aos riograndenses nesta oportunidade que tudo quanto toca ao Rio Grande toca ao Brasil.

Não desejo, porém, perder-me em palavras, pois, por mais sinceras e espontâneas que sejam, não terão a eloquência dos números. Estes, entretanto, falam bem alto e bem claro, e são o melhor testemunho do continuado esforço da administração federal no sentido de ajudar o desenvolvimento desta região do país. Inicialmente, poderia dizer-vos que do Fundo Federal Agropecuário

foram aplicados no Rio Grande, em 1965, cerca de setecentos milhões de cruzeiros, cifra não alcançada por qualquer outro Estado. Total no qual se compreendem as parcelas de cento e oitenta milhões para a recuperação parcial dos prejuízos decorrentes das trágicas enchentes que atingiram o vosso Estado; 47 milhões para a recuperação de barragens na região arroseira; e 50 milhões para o combate à aftosa. Assim, embora atravessasse o país uma fase de restrição de despesas, em busca do equilíbrio orçamentário, não tem faltado aos deveres para com a economia gaúcha.

Com êsse propósito firmaram-se importantes convênios com o IGRA e o CENTREISUL, para a manutenção de sete centros cooperativos de treinamento, bem como outros cursos na Universidade Rural do Sul, em Pelotas. Do mesmo modo que deverão ter início os trabalhos de eletrificação rural, iniciativa da maior importância para todo o interior do Estado, cuja fisionomia deverá ser profundamente marcada pela difusão de energia.

No particular das atividades agropecuárias, ainda mais animadoras revelam-se as perspectivas para 1966, no qual o montante total dos investimentos previstos em programas e projetos sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura alcança a mais de dois bilhões e meio de cruzeiros. Destinar-se-ão à promoção agropecuária, à defesa sanitária animal, à pesquisa, treinamento e experimentação agrícolas, e à conservação de recursos nattrais.

Não poderia omitir, nestas breves apreciações sobre o interesse federal pela economia gaúcha, a ação do Banco do Brasil através da CREAM, cujas atividades se ampliam constantemente, inclusive para o financiamento das entre-safras e investimentos para a melhoria da produção e produtividade dos campos. Somente no Rio Grande do Sul, até novembro de 1965, haviam sido realizadas 57.802 operações de crédito, investindo um total de 138 bilhões de cruzeiros. Recursos com os quais foi possível, entre outras cousas, transformar velhas charqueadas em modernos frigoríficos, instalação de unidades produtoras de laticínios e novos matadouros para suínos. E no financiamento a cooperativas deve ser destacada a colaboração para a instalação de conjuntos industriais destinados ao aproveitamento da crescente produção de soja.

Notável esforço, no setor do crédito, foi o verificado com a dinamização do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, que deixou de ser um organismo inerte para se transformar num instrumento vigoroso de financiamento. De 1963 para 1965 os depósitos subiram de 0,3 bilhões para 5,8 bilhões e as aplicações, no mesmo período, elevaram-se de 4,3 bilhões para 46,5 bilhões. Igualmente importante foi o papel da Comissão de Financiamento da Produção no fomento à produção agropecuária. Onde, porém, mais se fêz sentir a sua ação, em 1965, foi na defesa de uma das lavouras de maior significação para a economia riograndense — o arroz. Aos preços mínimos fixados pelo Governo, adquiriu cerca de 15 milhões de sacas, num valor total de 112 bilhões de cruzeiros.

Assim, em várias frentes e por modos diversos, tem procurado o Governo cumprir os seus deveres para com a valorosa comunidade gaúcha. Iniciativa também de relêvo para a segurança dos vossos campos é o amplo programa da Companhia Nacional de Seguro Agrícola, que já cobra, com as suas apólices, cerca de cinco mil produtores, amparando uma produção orçada em três e meio bilhões de cruzeiros. Novas formas de seguro deverão abranger em breve outros setores das atividades agrícolas do Rio Grande. E somente a sucursal de Pôrto Alegre já conta com aproximadamente mil produtores cobertos por apólices de seguros, o que representa número jamais alcançado durante os dez anos de funcionamento da Empresa.

Se tracei êsse rápido esboço sobre alguns aspectos das atividades do Governo federal no sentido de fomentar em bases sólidas a economia de vosso Estado, é por acreditar que constituirão estímulo para os vossos continuados trabalhos. Acompanhamo-los com a certeza de que representarão fator importante de progresso e desenvolvimento, dentro dos mais exatos conceitos sobre o papel das Universidades nos países em desenvolvimento. Nem outra tem sido a vossa orientação.

Resta-me, pois, agradecer a honra que me concedestes convidando-me para dar início ao ano letivo, que será mais um marco a assinalar os vossos serviços em prol da grandeza intelectual, moral e material do Brasil. A ela deve, porém, somar outra ainda maior:

o título de doutor «honoris causa» pela vossa Universidade. Bem sei o que êle representa, e por isso mesmo sou sumamente agradecido à vossa iniciativa. Será um traço a vincular-me permanentemente aos vossos trabalhos, que acompanharei sempre com o interesse e a solidariedade de quem, daqui por diante, terá a honra de poder sentar-se entre os doutos mestres desta Casa.

Antes de concluir desejo, porém, dirigir saudação muito cordial ao corpo discente da Universidade. Numa instituição digna dêsse nome todos são estudantes. Os de maior experiência, que dirigem os trabalhos, chamam-se professôres. Os jovens que se iniciam chamam-se alunos. Todos, entretanto, estudam e dessa comunhão é que se alimenta o verdadeiro espírito universitário. Da aplicação de uns e outros é que depende o progresso desta corporação. Os alunos, também êles, além de suas tarefas de estudo, têm o direito, mais do que isso, o dever de tomar conhecimento dos problemas nacionais. Já o disse na Universidade do Ceará e aqui repito: «É mesmo recomendável que a mocidade sinta e viva êsses problemas no momento em que se apresentam e desenvolvem. É uma tomada de consciência que há de ser feita pelos moços no campo da aprendizagem e nos têrmos adequados à sua condição de cidadãos em fase de formação.»

Assim é que lograremos preparar a mocidade atual para continuar a obra hoje a cargo das gerações mais velhas, e em vésperas de lhes confiarem os destinos da Pátria comum.